



| | |
|--------------|--|
| PROCESSO N.º | 53.818-3/2023 |
| ASSUNTO | CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL – EXERCÍCIO DE 2023 |
| PRINCIPAL | PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM |
| GESTOR | LEANDRO FÉLIX PEREIRA |
| ADVOGADO | NÃO CONSTA |
| RELATOR | CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI |

I – RELATÓRIO

Trata-se das Contas Anuais de Governo da **Prefeitura Municipal de Nova Mutum**, referentes ao **exercício de 2023**, sob a responsabilidade do Sr. **Leandro Félix Pereira**, submetidas à apreciação deste Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, fundamentada no artigo 31, §§ 1º e 2 da Constituição Federal; no artigo 210, inciso I, da Constituição Estadual; nos artigos 1º, inciso I, e 26 da Lei Complementar Estadual n.º 269/2007 (Lei Orgânica do TCE/MT - LOTCE/MT); no artigo 5º, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 759/2022 (Código de Processo de Controle Externo do Estado de Mato Grosso); e artigos 1º, inciso I, 10, inciso I, e 172 da Resolução Normativa n.º 16/2021 (Regimento Interno do TCE/MT – RITCE/MT).

A contabilidade do município esteve sob a responsabilidade da Sra. Ivete Sandi Wenning. O Controle Interno da Prefeitura foi exercido pelo Sr. Roberto Bento Hilário, que examinou a execução orçamentária e contábil do exercício de 2023 e emitiu parecer favorável à aprovação das contas (Documento Externo n.º 444079/2024, página 32).

Do Relatório Preliminar de Auditoria,¹ elaborado pela 5ª Secretaria de Controle Externo, extraem-se os seguintes dados referentes às Contas Anuais de Governo em análise:

¹ Documento Digital n.º 470998/2024.





1. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO

1.1 - Características do Município

O Município de Nova Mutum apresenta as seguintes características geográficas:

| | |
|---|--------------|
| Data de Criação do Município | 04/07/1988 |
| Área Geográfica | 9536,814 km² |
| Distância Rodoviária do Município à Capital | 242 km |
| População do Município - IBGE - 2022 | 55.839 |

https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal

1.2 - Parecer Prévio TCE/MT – 2018 a 2022

No que concerne aos Pareceres Prévios emitidos por este Tribunal entre 2018 e 2022, destacam-se as seguintes informações:

| Exercício | Protocolo/Ano | Decisão /Ano | Ordenador | Relator | Situação |
|----------------|---------------|--------------|------------------------|------------------------------|-----------|
| Parecer Prévio | | | | | |
| 2018 | 166588/2018 | 39/2019 | ADRIANO XAVIER PIVETTA | ISAIAS LOPES DA CUNHA | Favorável |
| 2019 | 87610/2019 | 69/2021 | ADRIANO XAVIER PIVETTA | LUIZ HENRIQUE MORAES DE LIMA | Favorável |
| 2020 | 99996/2020 | 158/2021 | ADRIANO XAVIER PIVETTA | WALDIR JÚLIO TEIS | Favorável |
| 2021 | 411663/2021 | 51/2022 | LEANDRO FELIX PEREIRA | SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA | Favorável |
| 2022 | 88862/2022 | 3/2023 | LEANDRO FELIX PEREIRA | SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA | Favorável |

https://www.tce.mt.gov.br/resultado_contas/tjur/tipo_jur/prefeituras

1.3 – Índice de Gestão Fiscal do Município – 2018 a 2022

O Índice de Gestão Fiscal dos Municípios (IGF-M)² é um indicador utilizado para avaliar a qualidade da gestão pública nos municípios do Estado de Mato Grosso, com base nos dados recebidos pelo Sistema Aplic durante a análise das Contas Anuais de Governo Municipal.

² <https://cidadao.tce.mt.gov.br/igfmtce>





O IGF-M é composto pela média ponderada de seis índices, cada um com seu respectivo peso, variando entre 0 e 1, sendo que, quanto maior o índice, melhor a gestão fiscal do município.

De acordo com a Secretaria de Controle Externo, o IGF-M relativo ao exercício de 2023 não foi apreciado, pois a consolidação dos cálculos depende da conclusão da análise das contas de governo. Assim, o IGF-M será incorporado à série histórica apenas no próximo exercício.

Em 2022, o Município de **Nova Mutum** atingiu a **32ª** posição no ranking do Estado, com um índice geral de **0,79**, classificando-se com o conceito B, que indica **BOA GESTÃO**.

2. PEÇAS DE PLANEJAMENTO

2.1 – Plano Plurianual – PPA

O Plano Plurianual do Município de Nova Mutum, referente ao quadriênio 2022 a 2025, foi instituído pela Lei n.º 2.612, de 20 de dezembro de 2021, e encaminhado a este Tribunal por meio do Protocolo n.º 82.428-3/2021.

Em 2023, de acordo com os dados do Sistema Aplic, o Plano Plurianual foi alterado pelas seguintes leis: 2.758, 2.760, 2.775, 2.776/2023, 2.805, 2.821 e 2.833.

2.2 – Lei De Diretrizes Orçamentárias – LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Nova Mutum para o exercício de 2023, instituída pela Lei n.º 2.754, de 16 de dezembro de 2022, foi protocolada sob o n.º 46.241-1/2023 neste Tribunal.

Em observância ao artigo 48, § 1º, inciso I, da LRF, foi realizada audiência pública durante o processo de elaboração e discussão da LDO.





Conforme destacado no Relatório Preliminar da 5ª Secretaria de Controle Externo, a LDO dispôs sobre as metas fiscais de resultado nominal e primário, nos moldes do artigo 4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ademais, a Secex apontou que a LDO estabelece as providências que devem ser adotadas caso a realização das receitas apuradas bimestralmente não comporte o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, conforme artigo 4º, inciso I, alínea b e artigo 9º da LRF.

Mencionou que, em observância ao artigo 37 da CRFB e artigo 48 da Lei Complementar n.º 101/2000, houve a divulgação/publicidade da LDO no Diário Oficial de Contas, fls. 152 a 155 da Edição n.º 2767, e no Portal da Transparência do Município.

Por fim, registrou que consta da LDO o Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos, na forma do artigo 4º, § 3º, da Lei supramencionada, bem como que foi estabelecido percentual máximo de 0,5% para a Reserva de Contingência.

2.3 – Lei Orçamentária Anual – LOA

A Lei Orçamentária Anual do Município, para o exercício de 2023, foi instituída pela Lei n.º 2.755, de 16 de dezembro de 2022, e encaminhada a este Tribunal por meio do Protocolo n.º 46.255-1/2023.

De acordo com o Relatório Técnico Preliminar, a LOA estimou a receita e fixou a despesa do Município em R\$ 502.191.326,00 (quinhentos e dois milhões, cento e noventa e um mil, trezentos e vinte e seis reais), abrangendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

A Secex informou que o texto da lei destacou os recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em atendimento ao artigo 165, § 5º da CRFB/1988, bem como que foi realizada audiência pública durante o processo de elaboração e de discussão da LOA, em cumprimento ao artigo 48, §1º, I, da LRF.





Registrou que houve a divulgação/publicidade da LOA na edição n.º 2767 do Diário Oficial de Contas, fls. 161 a 164, e no Portal da Transparência do Município, conforme estabelece o artigo 37 da CRFB e o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em continuidade, mencionou que não consta na LOA autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, obedecendo ao princípio da exclusividade (artigo 165, § 8º, da CRFB/1988).

Ademais, afirmou que a Lei Municipal n.º 752/2022 não definiu parâmetros para as alterações orçamentárias, bem como que o valor total das alterações realizadas durante o exercício de 2023 representa 39,59% do orçamento inicial.

Indicou que não houve autorização para abertura de créditos adicionais ilimitados e que os créditos adicionais suplementares e especiais foram abertos com prévia autorização legislativa, e por decreto do executivo, na forma do artigo 167, incisos V e VII, da CRFB e artigo 42 da Lei n.º 4.320/1964.

Apontou que a abertura do crédito adicional especial manteve a compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, em conformidade com o artigo 165, § 7º, da Constituição Federal e com o artigo 5º da LRF.

Ademais, destacou que, não houve a abertura de créditos adicionais: I) por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação e II) sem indicação de recursos orçamentários objeto a anulação parcial ou total de dotações, nos moldes do artigo 167, incisos II e V, da Constituição Federal e do artigo 43, § 1º, incisos II e III, da Lei n.º 4.320/1964.

Mais adiante, ressaltou que, conforme artigo 167, incisos II e V, da Constituição Federal, artigo 43, § 1º, inciso I da Lei n.º 4.320/1964, não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Superávit Financeiro.

Sobre esse ponto, a Secex pontuou que houve insuficiência de recursos para abertura de créditos adicionais por superávit financeiro da fonte 501,





no valor de R\$ 3.670.000,00 (três milhões, seiscentos e setenta mil reais), e que, em que pese tal insuficiência, há saldo de recursos de superávit financeira da fonte 500, no valor de R\$ 54.736.755,70 (cinquenta e quatro milhões, setecentos e trinta e seis mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos), capaz de supri-la, razão pela qual não consignou irregularidade. Não obstante, recomendou que o Município verifique e controle, por fonte, os saldos de superávit financeiro, quando da abertura de créditos adicionais.

3. RECEITA CONSOLIDADA

De acordo com o Relatório Técnico Preliminar, a receita arrecadada líquida pelo Município foi de **R\$ 482.377.656,95** (quatrocentos e oitenta e dois milhões, trezentos e setenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos), exceto a intraorçamentária, de R\$ 17.720.819,85 (dezessete milhões, setecentos e vinte mil, oitocentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos), conforme se observa no seguinte demonstrativo do resultado da arrecadação orçamentária, por subcategoria econômica da receita:

| ORIGEM | PREVISÃO ATUALIZADA R\$ | VALOR ARRECADADO R\$ | % DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO |
|--|---------------------------|---------------------------|----------------------------|
| I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra) | R\$ 504.914.485,84 | R\$ 509.613.885,48 | 100,93% |
| Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria | R\$ 109.890.447,49 | R\$ 113.197.923,06 | 103,01% |
| Receita de Contribuições | R\$ 18.949.510,00 | R\$ 19.878.487,39 | 104,90% |
| Receita Patrimonial | R\$ 17.859.731,00 | R\$ 28.010.560,77 | 156,83% |
| Receita Agropecuária | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | 0,00% |
| Receita Industrial | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | 0,00% |
| Receita de Serviços | R\$ 17.015.000,00 | R\$ 19.958.621,23 | 117,30% |
| Transferências Correntes | R\$ 338.806.625,71 | R\$ 327.142.420,53 | 96,55% |
| Outras Receitas Correntes | R\$ 2.393.171,64 | R\$ 1.425.872,50 | 59,58% |
| II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra) | R\$ 57.475.865,83 | R\$ 22.703.249,04 | 39,50% |
| Operações de Crédito | R\$ 25.600.000,00 | R\$ 4.229.999,00 | 16,52% |
| Alienação de Bens | R\$ 5.202.171,05 | R\$ 6.000.203,29 | 115,34% |
| Amortização de Empréstimos | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | 0,00% |
| Transferências de Capital | R\$ 26.673.694,78 | R\$ 12.473.046,75 | 46,76% |
| Outras Receitas de Capital | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | 0,00% |
| III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra) | R\$ 562.390.351,67 | R\$ 532.317.134,52 | 94,65% |
| IV - DEDUÇÕES DA RECEITA | -R\$ 47.577.397,49 | -R\$ 49.939.477,57 | 104,96% |
| Deduções para o FUNDEB | -R\$ 40.730.000,00 | -R\$ 39.974.725,25 | 98,14% |
| Renúncias de Receita | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | 0,00% |
| Outras Deduções | -R\$ 6.847.397,49 | -R\$ 9.964.752,32 | 145,52% |
| IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária) | R\$ 514.812.954,18 | R\$ 482.377.656,95 | 93,70% |
| V - Receita Corrente Intraorçamentária | R\$ 18.771.120,00 | R\$ 17.720.819,85 | 94,40% |
| VI - Receita de Capital Intraorçamentária | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | 0,00% |
| TOTAL GERAL | R\$ 533.584.074,18 | R\$ 500.098.476,80 | 93,72% |

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.





Do total das receitas arrecadadas no exercício de 2023 pelo Município de Nova Mutum, R\$ 327.142.420,53 (trezentos e vinte e sete milhões, cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e vinte reais e cinquenta e três centavos) se referem às transferências correntes, tratando-se da maior fonte de recursos na composição da receita municipal.

A **receita líquida** efetivamente arrecadada (exceto a intraorçamentária), no valor de **R\$ 482.377.656,95** (quatrocentos e oitenta e dois milhões, trezentos e setenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos), revela que a **arrecadação foi R\$ 32.435.297,23** (trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, duzentos e noventa e sete reais e vinte e três centavos) **inferior ao quanto previsto** (R\$ 514.812.954,18), correspondente a 6,3% da previsão inicial.

3.1 – Receita Tributária Própria

Do total arrecadado, destaca-se que **R\$ 104.046.742,84** (cento e quatro milhões, quarenta e seis mil, setecentos e quarenta e dois reais e oitenta e quatro centavos) corresponderam à arrecadação da receita tributária própria. Confira-se:

| Receita Tributária Própria | Previsão Atualizada R\$ | Valor Arrecadado R\$ | % Total da Receita Arrecadada |
|--|---------------------------|---------------------------|-------------------------------|
| I - Impostos | R\$ 88.000.000,00 | R\$ 91.990.447,46 | 88,41% |
| IPTU | R\$ 17.600.000,00 | R\$ 17.067.559,76 | 16,40% |
| IRRF | R\$ 12.700.000,00 | R\$ 15.337.537,49 | 14,74% |
| ISSQN | R\$ 45.500.000,00 | R\$ 46.867.195,75 | 45,04% |
| ITBI | R\$ 12.200.000,00 | R\$ 12.718.154,46 | 12,22% |
| II - Taxas (Principal) | R\$ 6.063.400,00 | R\$ 5.790.967,23 | 5,56% |
| III - Contribuição de Melhoria (Principal) | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | 0,00% |
| IV - Multas e Juros de Mora (Principal) | R\$ 408.650,00 | R\$ 559.858,99 | 0,53% |
| V - Dívida Ativa | R\$ 6.591.200,00 | R\$ 4.869.361,74 | 4,68% |
| VI - Multas e Juros de Mora (Div. Ativa) | R\$ 1.979.800,00 | R\$ 836.107,42 | 0,80% |
| TOTAL | R\$ 103.043.050,00 | R\$ 104.046.742,84 | |

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Tributária Própria (a partir de 2018).

A receita própria do município atingiu o percentual de **20,41%** do total das **receitas correntes arrecadadas**, que foi de **R\$ 509.613.885,48** (quinhentos e





nove milhões, seiscentos e treze mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), descontada a contribuição do FUNDEB.

4. DESPESA CONSOLIDADA

Para o exercício de 2023 as despesas previstas atualizadas pelo Município, exceto as intraorçamentárias, foram de R\$ 586.521.330,93 (quinhentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e vinte e um mil, trezentos e trinta reais e noventa e três centavos). Desse total, foram empenhados R\$ 492.180.668,89 (quatrocentos e noventa e dois milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos), conforme demonstrado abaixo:

| ORIGEM | DOTAÇÃO ATUALIZADA R\$ | VALOR EXECUTADO R\$ | % DA EXECUÇÃO S/ PREVISÃO |
|---|---------------------------|---------------------------|------------------------------|
| I - DESPESAS CORRENTES | R\$ 366.777.089,72 | R\$ 344.407.437,28 | 93,90% |
| Pessoal e Encargos Sociais | R\$ 176.162.397,38 | R\$ 170.001.871,98 | 96,50% |
| Juros e Encargos da Dívida | R\$ 2.236.632,51 | R\$ 2.121.460,57 | 94,85% |
| Outras Despesas Correntes | R\$ 188.378.059,83 | R\$ 172.284.104,73 | 91,45% |
| II - DESPESA DE CAPITAL | R\$ 188.929.027,21 | R\$ 147.773.231,61 | 78,21% |
| Investimentos | R\$ 185.767.767,39 | R\$ 144.615.557,99 | 77,84% |
| Inversões Financeiras | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | 0,00% |
| Amortização da Dívida | R\$ 3.161.259,82 | R\$ 3.157.673,62 | 99,88% |
| III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA | R\$ 30.815.214,00 | R\$ 0,00 | 0,00% |
| IV - TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) | R\$ 586.521.330,93 | R\$ 492.180.668,89 | 83,91% |
| V - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS | R\$ 18.062.939,45 | R\$ 16.275.124,35 | 90,10% |
| VI - Despesa Corrente Intraorçamentária | R\$ 18.062.939,45 | R\$ 16.275.124,35 | 90,10% |
| VII - Despesa de Capital Intraorçamentária | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | 0,00% |
| IX - TOTAL DESPESA | R\$ 604.584.270,38 | R\$ 508.455.793,24 | 84,10% |

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Dados Consolidados do Ente> Mês: Dezembro

O grupo de natureza de despesa que teve maior participação no exercício de 2023 na composição da despesa orçamentária foi “Outras Despesas Correntes”, totalizando R\$ 172.284.104,73 (cento e setenta e dois milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, cento e quatro reais e setenta e três centavos), o que representa 35% do total da despesa orçamentária (exceto a intraorçamentária).

5. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA





5.1 – Resultado da Execução Orçamentária

A Secex, ao analisar a receita arrecadada de R\$ 467.685.547,11 (quatrocentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e sete reais e onze centavos), juntamente com os créditos adicionais de R\$ 69.439.641,28 (sessenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, seiscentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos) provenientes do superávit financeiro, e compará-los com a despesa realizada de R\$ 502.024.559,23 (quinhentos e dois milhões, vinte e quatro mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e três centavos), valores ajustados conforme a Resolução Normativa n.º 43/2013/TCE/MT, identificou um **superávit** orçamentário de **R\$ 35.100.629,16** (trinta e cinco milhões, cem mil, seiscentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos), conforme se observa a seguir:

| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Receita Arrecadada Ajustada (A) | R\$ 213.553.101,16 | R\$ 257.803.465,58 | R\$ 318.602.611,49 | R\$ 400.375.155,93 | R\$ 467.685.547,11 |
| Despesa Realizada Ajustada (B) | R\$ 193.797.968,62 | R\$ 220.396.798,51 | R\$ 276.140.151,17 | R\$ 353.412.491,18 | R\$ 502.024.559,23 |
| Desp. Empenhada decorrentes de Créditos Adicionais Superávit Financeiro (C) | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 12.047.541,46 | R\$ 34.582.694,19 | R\$ 69.439.641,28 |
| Resultado Orçamentário (R\$) (D) = (A - B + C) | R\$ 19.755.132,54 | R\$ 37.406.667,07 | R\$ 54.510.001,78 | R\$ 81.545.358,94 | R\$ 35.100.629,16 |

5.2 – Resultado Primário

Nos termos do Relatório Técnico Preliminar, houve o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO/2023.

O resultado primário, calculado com base nas receitas e nas despesas não-financeiras – demonstrando a capacidade de pagamento do serviço da dívida –, foi superavitário em R\$ 16.697.485,88 (dezesseis milhões, seiscentos e noventa e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), estando acima da meta prevista na LDO, que foi de déficit de R\$ 39.902.008,00 (trinta e nove milhões, novecentos e dois mil e oito reais).





A Secex destacou que esse resultado evidencia que houve um esforço fiscal para a diminuição do estoque da dívida pública, bem como que a meta estabelecida na LDO foi mal dimensionada. Assim, sugeriu que seja recomendado ao Chefe do Poder Executivo que aprimore as técnicas de previsões de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal/capacidade financeira do município e compatibilize as metas com as peças de planejamento.

5.3 – Restos a Pagar

A Secex informou, ainda, que ao final do exercício foram inscritos em Restos a Pagar o montante de **R\$ 103.638.142,25** (cento e três milhões, seiscentos e trinta e oito mil, cento e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos), sendo R\$ 101.425.426,99 (cento e um milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos) na modalidade Não Processados e R\$ 2.212.715,26 (dois milhões, duzentos e doze mil, setecentos e quinze reais e vinte e seis centavos) na modalidade Processados, conforme demonstrativo abaixo.

| Exercicio | Saldo Anterior (R\$) | Inscrição (R\$) | RP não Processados Liquidados e não Pagos (R\$) | Baixa (R\$) | | Saldo para o Exercício Seguinte (R\$) |
|--------------------------------|----------------------|-------------------|---|---------------------|------------------------|---------------------------------------|
| | | | | Por Pagamento (R\$) | Por Cancelamento (R\$) | |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | |
| 2018 | R\$ 49.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 14.500,00 | R\$ 34.500,00 | R\$ 0,00 |
| 2021 | R\$ 7.076.577,74 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 4.651.457,91 | R\$ 0,00 | R\$ 2.425.119,83 |
| 2022 | R\$ 49.394.844,87 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 42.172.940,31 | R\$ 4.271.593,42 | R\$ 2.950.311,14 |
| 2023 | R\$ 0,00 | R\$ 96.049.996,02 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 96.049.996,02 |
| | R\$ 56.520.422,61 | R\$ 96.049.996,02 | R\$ 0,00 | R\$ 46.838.898,22 | R\$ 4.306.093,42 | R\$ 101.425.426,99 |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | | | |
| 2022 | R\$ 4.202.964,69 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 4.202.964,69 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 2023 | R\$ 0,00 | R\$ 2.212.715,26 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 2.212.715,26 |
| | R\$ 4.202.964,69 | R\$ 2.212.715,26 | R\$ 0,00 | R\$ 4.202.964,69 | R\$ 0,00 | R\$ 2.212.715,26 |
| TOTAL | R\$ 60.723.387,30 | R\$ 98.262.711,28 | R\$ 0,00 | R\$ 51.041.862,91 | R\$ 4.306.093,42 | R\$ 103.638.142,25 |

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar > Dados Consolidados do Ente

5.4 – Quociente de Disponibilidade Financeira





A 5ª Secex, ao analisar o **Quociente de Disponibilidade Financeira para pagamento de restos a pagar**, identificou que, para cada R\$ 1,00 (um real) de restos a pagar inscritos, Processados e Não Processados (curto prazo), há **R\$ 1,94** (um real e noventa e quatro centavos) de disponibilidade financeira geral, conforme demonstrado no quadro abaixo:

| | | |
|-----|--|--------------------|
| A | DISP. BRUTA EXCETO RPPS | R\$ 201.846.510,40 |
| B | DEMAIS OBRIGAÇÕES - EXCETO RPPS | R\$ 735.824,48 |
| C | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - EXCETO RPPS | R\$ 2.113.358,75 |
| D | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXCETO RPPS | R\$ 101.425.426,99 |
| QDF | (A-B)/(C+D) | 1,9424 |

5.5 – Quociente de Inscrição de Restos a Pagar

Para cada R\$ 1,00 (um real) de despesa empenhada, R\$ 0,19 (dezenove centavos) foram inscritos em restos a pagar no exercício, conforme demonstrado no cálculo do QIRP abaixo:

| | | |
|------|--|--------------------|
| B | TOTAL INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO | R\$ 98.262.711,28 |
| A | TOTAL DESPESA - EXECUÇÃO | R\$ 508.455.793,24 |
| QIRP | B/A | 0,1933 |

5.6 – Quociente da Situação Financeira (QSF)

Da análise do Quociente da Situação Financeira, constatou-se um **superávit** financeiro no valor de **R\$ 97.571.900,18** (noventa e sete milhões, quinhentos e setenta e um mil, novecentos reais e dezoito centavos), considerando todas as fontes de recursos, exceto RPPS, conforme demonstrado na tabela abaixo:

| | | |
|-----|--|--------------------|
| A | TOTAL ATIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS | R\$ 201.846.510,40 |
| B | TOTAL PASSIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS | R\$ 104.274.610,22 |
| QSF | A/B | 1,9357 |

6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS





6.1 – Dívida Pública

Os dispêndios da Dívida Pública efetuados no exercício, no montante de R\$ 5.279.134,19 (cinco milhões, duzentos e setenta e nove mil, cento e trinta e quatro reais e dezenove centavos), representaram 1,18% da Receita Corrente Líquida Ajustada. Este resultado demonstra o cumprimento do limite de endividamento estabelecido pelo artigo 7º, inciso II, da Resolução n.º 43/2001 do Senado Federal.

De igual forma, foi cumprido o limite legal do artigo 7º, inciso I, da Resolução supramencionada, tendo em vista que a dívida contratada no exercício (R\$ 4.229.999,00) representou 0,94% da receita corrente líquida ajustada para fins de endividamento (R\$ 445.773.033,51).

Ainda, o resultado do Quociente do Limite de Endividamento demonstra que a dívida consolidada líquida ao final do exercício de 2023 foi negativa, em cumprimento ao limite legal imposto pelo artigo 3º, inciso II, da Resolução do Senado n.º 40/2001.

6.2 – Educação

6.2.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

De acordo com o Relatório Técnico Preliminar, foi aplicado o montante de **R\$ 104.506.666,89** (cento e quatro milhões, quinhentos e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e oitenta e nove centavos) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), correspondendo a **34,73%** da receita base de R\$ 300.902.603,01 (trezentos milhões, novecentos e dois mil, seiscentos e três reais e um centavo).

Portanto, o município aplicou acima do limite mínimo de 25% estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal.

No quadro a seguir, detalha-se a série histórica da aplicação de recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em percentuais, no período de 2019 a 2023:





| HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25% | | | | | |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
| Aplicado - % | 29,89% | 24,14% | 26,26% | 32,50% | 34,73% |

6.2.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb

Com relação ao Fundeb, a Secex registrou que o valor arrecadado foi de **R\$ 63.368.272,80** (sessenta e três milhões, trezentos e sessenta e oito mil, duzentos e setenta e dois reais e oitenta centavos), sendo destinados à remuneração e valorização dos profissionais do magistério – ensinos infantil e fundamental o total de **R\$ 63.368.282,97** (sessenta e três milhões, trezentos e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e dois reais e noventa e sete centavos), correspondente a **100,00%** da receita do Fundo.

Assim, o município aplicou acima do limite mínimo de 70% estabelecido no artigo 212-A da Constituição Federal e no artigo 26 da Lei n.º 14.113/2020.

A Secex apresentou a série histórica de Remuneração dos Profissionais do Magistério, em termos percentuais, no período de 2019 a 2023:

| HISTÓRICO - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica - Limite Mínimo Fixado 60% até 2020 e 70% a partir de 2021 | | | | | |
|---|--------|--------|--------|--------|---------|
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
| Aplicado - % | 68,14% | 63,31% | 70,01% | 98,85% | 100,00% |

6.2.3 – Políticas Públicas – Prevenção à violência no âmbito escolar

A Lei n.º 14.164/2021, que alterou a redação do § 9º do artigo 26 da Lei n.º 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), disciplina a inclusão de conteúdos sobre direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher nos currículos da educação infantil, bem como institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

A Secex informou que, dada a importância do tema, em 17/04/2024, foi encaminhado à Prefeitura Municipal de Nova Mutum o Ofício n.º 19/2024/5ªSECEX,





solicitando informações sobre ações educacionais de prevenção e combate à violência e a observância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Até a data de conclusão do Relatório Técnico Preliminar tais informações não foram encaminhadas.

Contudo, calha registrar que no Relatório Técnico de Defesa a Secex apontou que a Gestão encaminhou os seguintes documentos:

a) Parecer CP nº 03/2022, que estabelece a proposta curricular para a Educação Infantil e Ensino Fundamental 1º ao 3º ano e Ensino Fundamental 4º ao 6º ano, e a Resolução Normativa nº 22/20 do CME; e

b) a programação das ações realizadas nas escolas com o tema “Prevenção da Violência contra a Mulher” no ano letivo de 2023, contendo imagens com as seguintes informações: atividades em sala de aula; roda de conversa com os vereadores sobre a criação da Sala da Mulher; palestra informativa para os professores sobre o tema; atividades desenvolvidas com os alunos; palestra com a pastora Érica Lima; panfletagem realizada com os alunos; palestra com a comunidade escolar; palestra com a doutora Ana Carolina; entrega de panfletos para as mães; palestra com psicóloga; palestra para a comunidade escolar – Polícia Militar; palestra para a comunidade escolar – Lei Maria da Penha; e palestra informativa para as mulheres – Rede de proteção.

6.3 – Saúde

Conforme registrado pela Secex no Relatório Técnico Preliminar, o município aplicou **R\$ 73.665.789,27** (setenta e três milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, setecentos e oitenta e nove reais e vinte e sete centavos) para ações e serviços públicos de saúde, representando **24,81%** da receita base de **R\$ 296.874.908,94** (duzentos e noventa e seis milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e oito reais e noventa e quatro centavos), ultrapassando o percentual obrigatório de 15%.

Portanto, cumpriu os ditames da Constituição Federal e do artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/2012.





No quadro ilustrativo a seguir, a Secex destaca a série histórica de aplicação de Recursos na Saúde no período de 2019 a 2023:

| HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15% | | | | | |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
| Aplicado - % | 32,03% | 30,66% | 25,57% | 24,03% | 24,81% |

6.4 – Pessoal

6.4.1. Regime Previdenciário

Consta no Relatório Técnico Preliminar que o Município de Nova Mutum possui Regime Próprio de Previdência, estando os servidores efetivos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social e os demais ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Ademais, com base nos documentos e informações, a 5ª Secex concluiu pela adimplência das Contribuições Previdenciárias dos Segurados e das Contribuições Previdenciárias Patronais do Executivo devidas ao RPPS.

Além disso, através do Sistema CADPREV, constatou-se inexistência de parcelamentos com o Regime Próprio de Previdência Social.

Por fim, no que se refere ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), a Equipe Técnica informou que foi devidamente emitido pelo MPAS ao RPPS, conforme disposto no artigo 7º da Lei n.º 9.717/1998 e na Portaria MPS n.º 204/2008.

6.4.2. Limites Legais

No Relatório Técnico Preliminar de Auditoria, a Equipe Técnica apurou que os gastos com pessoal do **Poder Executivo** totalizaram **R\$ 170.142.444,63** (cento e setenta milhões, cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos), correspondendo a **38,38%** da Receita Corrente Líquida (RCL) Ajustada de **R\$ 443.235.341,06** (quatrocentos e quarenta e três milhões, duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e quarenta e um reais e seis





centavos), abaixo do limite máximo de 54% estabelecido no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e do limite prudencial de 48,60%.

Os gastos com pessoal do **Poder Legislativo** totalizaram **R\$ 5.973.805,55** (cinco milhões, novecentos e setenta e três mil, oitocentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), equivalentes a **1,34%** da RCL Ajustada, garantindo o cumprimento do limite máximo de 6%, conforme artigo 20, inciso III, alínea “a” da LRF.

Por fim, os gastos com pessoal do Município somaram **R\$ 176.116.250,18** (cento e setenta e seis milhões, cento e dezesseis mil, duzentos e cinquenta reais e dezoito centavos), representando **39,73%** da RCL Ajustada, respeitando o limite máximo de 60% estabelecido no artigo 19, inciso III, da LRF, e prudencial de 57%.

A Secex apresentou a série histórica dos percentuais de gastos com pessoal no período de 2019 a 2023, conforme segue abaixo:

| LIMITES COM PESSOAL - LRF | | | | | |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
| Limite máximo Fixado - Poder Executivo | | | | | |
| Aplicado - % | 47,64% | 49,99% | 38,83% | 40,08% | 38,38% |
| Limite máximo Fixado - Poder legislativo | | | | | |
| Aplicado - % | 1,91% | 1,70% | 1,32% | 1,22% | 1,34% |
| Limite máximo Fixado - Município | | | | | |
| Aplicado - % | 49,55% | 51,69% | 40,15% | 41,30% | 39,73% |

6.5 – Repasses ao Legislativo

A Equipe de Auditoria, no Relatório Preliminar, informou que, para o exercício de 2023, foram previstos repasses ao Legislativo no valor de **R\$ 11.364.200,00** (onze milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e duzentos reais), conforme a Lei Orçamentária Anual e créditos adicionais, sendo repassado o montante previsto.





Esse montante, correspondente a **4,32%** da receita base de **R\$ 262.858.532,29** (duzentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos), cumpre o limite máximo de 7% estabelecido pelo artigo 29-A, inciso I, da Constituição Federal, consoante quadro colacionado pela Secex:

| DESCRIÇÃO | VALOR R\$ | RECEITA BASE R\$ | % S/ RECEITA BASE | LIMITE MÁXIMO (%) | SITUAÇÃO |
|---|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|----------|
| Repasse do Poder Executivo | R\$ 11.364.200,00 | R\$ 262.858.532,29 | 4,32% | 7,00% | REGULAR |
| Gasto do Poder Legislativo | R\$ 9.126.784,95 | R\$ 262.858.532,29 | 3,47% | 7,00% | REGULAR |
| Folha de Pagamento do Poder Legislativo | R\$ 5.973.805,55 | R\$ 11.364.200,00 | 52,56% | 70% | REGULAR |
| Limite Gastos com Pessoal - LRF | R\$ 5.973.805,55 | R\$ 443.235.341,06 | 1,34% | 6% | REGULAR |

Informou, ainda, que os repasses efetuados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA e ocorreram, com exceção do mês de fevereiro, até o dia 20 de cada mês, em conformidade com o artigo 29-A, § 2º, incisos II e III, da Constituição Federal, não consignando irregularidade atinente ao atraso, por entender suficiente a recomendação para que se observe o prazo constitucional previsto nos dispositivos retromencionados.

Ressai do Relatório Técnico Preliminar a porcentagem dos repasses ao Poder Legislativo no período de 2019 a 2023:

| REPASSE PARA O LEGISLATIVO | | | | | |
|----------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
| Percentual máximo Fixado | 7,00% | | | | |
| Aplicado - % | 5,01% | 5,06% | 4,81% | 4,94% | 4,32% |

6.6 – Síntese da Observância dos Principais Limites Constitucionais e Legais

O Quadro abaixo sintetiza os percentuais alcançados no exercício de 2023:





| OBJETO | NORMA | LIMITE PREVISTO | PERCENTUAL ALCANÇADO | SITUAÇÃO |
|--|---|---|----------------------|----------|
| Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | CF: art. 212 | Mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências. | 34,73% | Regular |
| Remuneração do Magistério | Lei nº 11.494/2007: art. 22. | Mínimo de 70% dos Recursos do FUNDEB | 100,00% | Regular |
| Ações e Serviços de Saúde | CF: art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT | Mínimo de 15% da receita de impostos referente ao art. 156 e dos recursos que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º da Constituição Federal. | 24,81% | Regular |
| Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo | LRF: art. 20, inciso III, alínea “b”. | Máximo de 54% sobre a RCL. | 38,38% | Regular |
| Despesa com Pessoal do Poder Legislativo | LRF: art 20, inciso III, “a”. | Máximo de 6% sobre a RCL | 1,34% | Regular |
| Despesa Total com Pessoal do Município | LRF: art. 19, inciso III. | Máximo de 60% sobre a RCL. | 39,73% | Regular |
| Repasse ao Poder Legislativo | CF: art. 29-A, I. | Máximo de 7% sobre a Receita Base | 4,32% | Regular |

6.7 – Relação Despesas e Receitas Correntes

A Receita Corrente Arrecadada totalizou R\$ 478.185.963,20 (quatrocentos e setenta e oito milhões, cento e oitenta e cinco mil, novecentos e sessenta e três reais e vinte centavos), enquanto a Despesa Corrente Liquidada foi de R\$ 344.088.859,20 (trezentos e quarenta e quatro milhões, oitenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos), e os Restos a Pagar Não Processados inscritos em 31/12/2023 somaram R\$ 16.593.702,43 (dezesseis milhões, quinhentos e noventa e três mil, setecentos e dois reais e quarenta e três centavos).

A Despesa Corrente Liquidada, somada aos Restos a Pagar Não Processados, totaliza R\$ 360.682.561,63 (trezentos e sessenta milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e um reais e sessenta e três centavos), correspondendo a **75,42%** da Receita Corrente Arrecadada.





Este percentual está dentro do limite máximo de 95% estabelecido pelo artigo 167-A da Constituição da República, conforme tabela a seguir:

| | | |
|----------------------|--------------------------------|--------------------|
| A | RECEITA CORRENTE | R\$ 478.185.963,20 |
| B | DESPESA CORRENTE LIQUIDADA | R\$ 344.088.859,20 |
| C | DESP CORRENTE INSCRITA EM RPNP | R\$ 16.593.702,43 |
| Limite Art. 167-A CF | $((B+C)/A)$ | 0,7543 |

7. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Reconhecendo a importância da transparência pública como um indicador de boa governança e em cumprimento às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Acesso à Informação, este Tribunal de Contas, em conjunto com a Atricon, o TCU e com o apoio de outros Tribunais de Contas brasileiros, instituiu o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) com os objetivos de padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência nos poderes e órgãos públicos em todo o país.

Consta do Relatório Técnico Preliminar a avaliação realizada em 2023 acerca da transparência do Município de Nova Mutum, cujos resultados foram homologados por este Tribunal mediante Acórdão n.º 240/2024 – PV (Processo n.º 179.928-2/2024):

| Município | Unidade Gestora | Índice de Transparênc | Nível de Transparênc | % das Essenci |
|------------|------------------------------------|-----------------------|----------------------|---------------|
| Nova Mutum | Câmara Municipal de Nova Mutum | 73,65% | Intermediário | 100,00% |
| Nova Mutum | Prefeitura Municipal de Nova Mutum | 81,79% | Prata | 100,00% |

Apesar do nível de transparência alcançado, a Secex sugeriu que conste no Parecer Prévio recomendação para que se implemente medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais.

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS

De acordo com o apurado pela Equipe Técnica, o Gestor encaminhou a Prestação de Contas Anuais a este Tribunal dentro do prazo legal e em consonância com a Resolução Normativa n.º 03/2020-TP.





9. RELATÓRIO TÉCNICO PRELIMINAR DE AUDITORIA

Dos dados acima transcritos, a Secretaria de Controle Externo da 5ª Relatoria concluiu pela inexistência de irregularidades nas Contas Anuais de Governo do Município de Nova Mutum, exercício de 2023.

Não obstante, propôs a expedição de recomendações ao Chefe do Poder Executivo para que:

- 1) efetue os registros contábeis das receitas provenientes das transferências constitucionais e legais de forma a garantir a consistência dos relatórios e Demonstrações Contábeis;
- 2) verifique e controle, por fonte, os saldos de superávit financeiro, quando da abertura de créditos adicionais abertos por essa fonte de financiamento;
- 3) aprimore as técnicas de previsão de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal/capacidade financeira do município e compatibilize tais metas com as peças de planejamento;
- 4) realize os repasses à Câmara Municipal até o dia 20 de cada mês;
- 5) implemente medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais; e
- 6) implemente as disposições contidas na Lei Federal nº 14164/2021, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante à exigência de que os currículos escolares contenham conteúdo sobre a prevenção da violência contra a criança, o adolescente e à mulher, bem como a realização da Semana de Combate à Violência Contra a Mulher, a ser realizada anualmente no mês de março.

10. RELATÓRIO TÉCNICO DE DEFESA

Citado por meio do Ofício n.º 284/2024, o Sr. Leandro Félix Pereira apresentou sua defesa, com as justificativas e documentos que entendeu pertinentes (Documento Digital n.º 483962/2024).

Após a análise, a Secex entendeu que as recomendações foram atendidas pela Gestão para o exercício de 2023, bem como que a segunda, terceira e quinta recomendações devem ser mantidas para os exercícios futuros.





11. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O Ministério Público de Contas, por intermédio do Procurador de Contas Gustavo Coelho Deschamps, emitiu o Parecer n.º 3.044/2024 (Documento Digital 494157/2024), e manifestou-se pela emissão de Parecer Prévio Favorável às Contas Anuais de Governo do Município de Nova Mutum, exercício de 2023, sob a gestão do Sr. Leandro Félix Pereira, com ressalva e recomendações legais.

12. ALEGAÇÕES FINAIS

Considerando que não foram identificadas irregularidades, foi dispensada a notificação do Gestor para apresentação de alegações finais.

É o Relatório.

Cuiabá – MT, 15 de agosto de 2024.

(assinatura digital)³

CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI
Relator

³ Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006.

